

# Rosa dos ventos

MAURICIO DIAS



“Governo se diz de salvação nacional, mas é de salve-se quem puder”

(Do jornal espanhol *El País*, edição brasileira, sobre a interinidade de Temer)

Machado, hábil em irrigar eleições



## A propina e o voto

► **As delações premiadas da Lava Jato desnudam as engrenagens de caixa 2 nas campanhas eleitorais**

**S**érgio Machado, ex-senador do PSDB, por 12 anos presidente da Transpetro, tornou-se figura nacionalmente conhecida após ter pessoalmente grampeado políticos influentes “amigos” e, simultaneamente, revelado os mecanismos da corrupção existente na subsidiária da Petrobras.

Tenebrosas transações de empresários e políticos com diretores da maior estatal do País geram propina. Esta gera votos para os partidos e enriquece congressistas ambiciosos.

As dezenas de delações à Lava Jato, operação iniciada há mais de dois anos, embora impulsionada pela truculência e pela arbitrariedade, revelam que o juiz Sérgio Moro e asselas da Procuradoria e da Polícia Federal se alimentam do estimulante caixa 2.

É muito dinheiro, como se sabe agora. Daí talvez valha lembrar a sentença do Padre Vieira, mais sociólogo que sacerdote: “O dinheiro nem sempre passa da mão por onde passa”. Ou seja, nem sempre chega legalmente aos cofres dos partidos. Se não é “por dentro” é “por fora”, estipulou uma regra pétrea nos acordos entre doadores e receptores.

Há muito tempo a eleição no Brasil tornou-se uma competição mais econômica do que política. E por aí se desvirtuou. O candidato vai atrás do dinheiro para, depois, buscar o eleitor.

O tucano Arthur Virgílio corajosamente relevou: “Em 1986, fui obrigado a fazer caixa 2 na campanha para o governo do Amazonas (...) Vamos acabar com mocinhos pré-fabricados e bandidos preconcebidos (...) A maioria das campanhas tem caixa 2”.

Recentemente, Machado demarcou o que seria o começo de tudo: “Desde 1946”.

Segundo ele, o “custo político” era, e ainda é, propiciado pelos empresários e “incluído no orçamento das obras”.

De lá para cá, o processo se alastrou. O povo arca com os custos.

Machado fala, e fala de cadeira, sobre a distribuição de propina entre os partidos políticos. Quem já conversou com o executivo, reconhece e identifica nele um homem simpático, inteligente, irônico. Dessa última virtude, aliás, ele tirou uma definição para a Petrobras: “É a madame mais honesta dos cabarés do Brasil”.

Machado aponta para o elenco das estatais, além da Petrobras, sugadas pelos vampiros da política: Departamento Nacional de Transportes, Docas, Banco do Nordeste, Fundação Nacional de Saúde, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Não falou em Furnas. Talvez por mero esquecimento.

**A data do começo** dessa arruaça criminosa com o dinheiro público, apontada por Machado, é discutível. Há, porém, uma coincidência. Esse suposto ano, 1946, além de ser a data de aniversário de Machado, sucede o fim do Estado Novo. Haveria relação de causa e efeito?

Preso há mais de um ano pela Lava Jato, Marcelo Odebrecht, dono da empreiteira com seu sobrenome, em suposto arranjo para uma delação premiada, teria lançado uma óbvia e atenta afirmação: “Os repasses via caixa 2 são parte da cultura política do País e do sistema de financiamento a partidos”.

Movido pela pressão imposta pelas circunstâncias, o Supremo Tribunal Federal proibiu a doação de empresas para as campanhas eleitorais a partir de 2016. A regra começa a vigorar nas eleições municipais de outubro. É previsto um impacto nas campanhas. O caixa 2 será reinventado com o mundialmente conhecido jeitinho brasileiro. A diferença, no caso, ocorrerá no topo da pirâmide social.



- Sim, acredito que o Exército ainda é uma instituição séria e confiável
- Não, não acredito que o Exército ainda é uma instituição séria e confiável
- Não sabe / Não respondeu

## O poder militar I

Pesquisa de circulação restrita, encomendada pelo Exército, consolida a instituição como uma das mais confiáveis aos brasileiros.

Cerca de 80% dos entrevistados manifestaram que o Exército é “sério e confiável”. Apenas 14,5% negam a proposição.

O Exército, o mais influente no conjunto das Forças Armadas, expressa o espírito da Marinha e da Aeronáutica.

Aspas para a voz das casernas sobre a sondagem: “(...) O Exército Brasileiro caracterizou-se como a instituição com maior disciplina, moral e credibilidade”.

A resposta não é exatamente uma novidade.

## O poder militar II

Embora não haja fantasmas à vista, a comparação com a credibilidade do Congresso, avaliada em outras pesquisas, não é alentadora.

Com esse resultado, o Exército pretende aproximar-se dos “formadores de

opinião”, além de promover a campanha “Exército Brasileiro, eu confio”.

O poder é civil, mas a proposta do Exército provoca certa inquietação.

## Notórios e notáveis

Antes de assumir a interinidade da Presidência da República, o vice Michel Temer mandou divulgar que formaria um ministério de “notáveis”.

Ei-los: Eliseu Padilha, Henrique Alves, Romero Jucá, Mendonça Filho, Fábio Osório, Fátima Pelaes e Moreira Franco.

Eles fazem a diferença.

Alves, Jucá e Osório foram forçados a pedir demissão. O restante dança na corda bamba, sob acusação de envolvimento com corrupção.

São os notórios do Palácio do Jaburu.

## Sociólogo temporário

A declaração de Fernando Henrique Cardoso sobre o período Vargas, publicada aqui na edição 906, foi

atacada pela ironia do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos.

“A declaração de FHC coincide, na essência, com o diagnóstico de Oliveira Vianna (1883-1951): Não é possível um governo liberal sem uma sociedade liberal”.

E tem mais: “FHC devia dar crédito ao autor, odiado pela intelectualidade paulista, toda ela formada, em relação a 1930, pela propaganda implacável do jornal *O Estado de S. Paulo*, desde que Júlio Prestes foi ‘jantado’ pelo fracasso da chamada Revolução de 1932”.

## Calamidade

Cesar Maia (DEM), duas vezes prefeito carioca, é adversário implacável dos governos do PMDB.

No dia 20 de junho, em seu blog, explicou o decreto de calamidade no Rio de Janeiro ao seu feitio:

“Os órgãos de inteligência detectaram (...) uma mobilização multiplicada em redes sociais de policiais militares para a decretação de um forte movimento grevista. A alegação são os atrasos e o parcelamento das remunerações e proventos (...) A lei não permite transferência federal para pagar pessoal”.

O decreto (...) cumpre assim dois objetivos de ordem pública (...), dar cobertura legal às transferências federais para (...) pagamento da polícia.

O segundo é tornar ilegais “greves e mobilizações de servidores”.

## Na boca do povo

Diálogo ocorrido, às 16h20, no dia 20 de junho, entre a atendente e um casal de idosos numa farmácia da Rua Visconde de Pirajá, no bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro:

- Acho melhor o senhor comprar agora, alertou a atendente.
- Por quê?, perguntou a cliente.
- Em agosto vão acabar com a drogaria popular, respondeu a funcionária.

[mauriciodias@cartacapital.com.br](mailto:mauriciodias@cartacapital.com.br)